



Concurso Público para provimento de cargos de
**Técnico Superior
Administrador**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '01', Tipo 002

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Interesse público e direitos individuais

Hoje em dia, as relações humanas são fugazes, surgem e desaparecem sem deixar vestígios. O Direito não pode ignorar essa realidade, sob pena de não cumprir sua função: manter a ordem jurídica. O grande desafio é compatibilizar a realização do interesse público com as garantias e os direitos individuais, que têm o fundamental papel de defender o cidadão contra o Estado.

Nesse quadro, os avanços tecnológicos acabam representando uma dificuldade especial. De um lado, as tecnologias à disposição dos particulares muitas vezes são instrumentos para desvios de conduta. De outro lado, para coibir ou punir tais comportamentos, o Estado tem que recorrer a similares tecnologias que invadem a privacidade dos cidadãos.

A questão é como conciliar as imprescindíveis ferramentas de investigação à disposição do Estado com o direito à defesa e ao contraditório, garantias constitucionais. A regra geral é que o direito à defesa e ao contraditório devem ser garantidos aos particulares antes que eles sejam afetados por atos estatais.

Em alguns casos, porém, o oferecimento de oportunidade de defesa antes da atuação estatal é incompatível com o interesse público que ela visa tutelar. É o caso, por exemplo, da apreensão de alimentos contaminados para impedir sua comercialização. Não teria sentido permitir que o comerciante continuasse vendendo alimentos contaminados ao público apenas para que ele pudesse exercer previamente o direito de defesa; a oportunidade de manifestação prévia representaria definitivo prejuízo para o interesse público. Daí porque, em hipóteses excepcionalíssimas, o direito de defesa pode ser flexibilizado, mas apenas no limite indispensável à preservação do interesse público e de forma a representar o menor ônus ao particular.

No caso de escutas telefônicas autorizadas por ordem judicial para fins investigatórios, é possível afirmar com segurança que sua realização não é compatível com o exercício prévio do direito de defesa, pois, do contrário, elas seriam

destituídas de qualquer sentido útil ou prático. Em razão da natureza específica dessa operação, o direito de defesa deve ser garantido após o término do período da quebra de sigilo telefônico.

(Adaptado de Pedro Paulo de Rezende Porto Filho. 10/01/2009. www.conjur.com.br)

1. De acordo com o texto, na complexa relação entre interesse público e direitos individuais, a manutenção da ordem jurídica
 - (A) pode ser sacrificada, no caso de haver flagrante incompatibilidade entre essas duas instâncias.
 - (B) pode vir em segundo plano, caso esteja em risco a garantia do interesse público.
 - (C) dependerá sempre da sobreposição dos direitos individuais ao interesse público.
 - (D) pode implicar a inobservância temporária de direitos individuais, para salvaguardar o interesse público.
 - (E) dependerá sempre da análise de caso, à falta de qualquer princípio geral que proporcione um norteamto.
2. No desenvolvimento do texto, o autor coloca em sequência as seguintes operações:
 - (A) diagnóstico da crise atual do Direito – proposta para a eliminação do direito ao contraditório – crítica ao exercício prévio do direito de defesa.
 - (B) explicitação de um conflito desafiador – identificação de um parâmetro geral de orientação – exemplificação de casos excepcionais.
 - (C) denúncia da instabilidade da ordem jurídica – exposição de medidas paliativas – promoção das vantagens das ferramentas tecnológicas.
 - (D) reconhecimento dos avanços tecnológicos – avaliação de uma crise institucional – proposição de um parâmetro geral.
 - (E) resumo das instabilidades do quadro jurídico atual – proposição de medidas excepcionais – recusa das intervenções tecnológicas.
3. Os dois casos apresentados como exemplos (o do comerciante e o da escuta telefônica) servem à demonstração de que
 - (A) a eliminação dos direitos individuais é uma prerrogativa do Estado no caso de flagrante corrupção.
 - (B) ordens judiciais não podem flexibilizar-se em função de situações particulares.
 - (C) ocorrências específicas inviabilizam o exercício prévio do direito de defesa.
 - (D) ferramentas tecnológicas constituem intolerável ameaça ao interesse público e ao direito individual de defesa.
 - (E) a preservação do interesse público não justifica a inobservância do exercício prévio de um direito.



4. Considere as seguintes afirmações:
- I. Os avanços tecnológicos instam os agentes do Direito a admitir o recurso a ferramentas modernas de investigação, para garantir a manutenção da ordem jurídica.
 - II. A utilização, por parte do Estado, de ferramentas tecnológicas de investigação só se justifica quando foram estas mesmas que possibilitaram um desvio de conduta.
 - III. Uma rigorosa e inflexível observância dos direitos individuais pode ter como consequência um prejuízo irreparável para o interesse público.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
-
5. O Direito não pode ignorar essa realidade, sob pena de não cumprir sua função: manter a ordem jurídica.
- Na frase acima, pode-se substituir o segmento sublinhado, sem prejuízo para a correção e a coerência do enunciado, por:
- (A) ressaltando-se o desvio de sua missão.
 - (B) conquanto deixe de observar sua prerrogativa.
 - (C) ainda que não se prenda ao seu desígnio.
 - (D) salvo se não quiser fraudar o que dele se espera.
 - (E) a menos que se omita de exercer seu papel.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Deve-se às frequentes quebras de sigilo telefônico uma sucessão de embates na justiça, sobretudo nos casos em que há mera suspeição.
 - (B) A utilização de modernas ferramentas tecnológicas, imprescindíveis em muitas investigações, acabam por propiciar alguns conflitos jurídicos.
 - (C) Assistem a comerciantes inescrupulosos ou a indivíduos corruptos o direito de defesa prévia, enquanto continuam a praticar graves delitos?
 - (D) O autor do texto é muito cuidadoso no que tange à preservação de direitos individuais, quando podem feri-los iniciativa de atos estatais.
 - (E) Deve-se tolerar que pessoas continuem a ser contaminadas por alimentos, para que se garanta ao cruel comerciante todas as prerrogativas da defesa?
-
7. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) A quebra de sigilo telefônico é uma providência à qual só se deve lançar mão em casos excepcionais.
 - (B) O Direito não pode ignorar uma realidade como a nossa, em cuja as relações humanas são fugazes e imprevisíveis.
 - (C) São muitos os avanços tecnológicos, dos quais se pode recorrer, por exemplo, no caso de uma investigação sigilosa.
 - (D) São considerados mais graves aqueles prejuízos onde o mal, uma vez desencadeado, gera efeitos irreversíveis.
 - (E) As escutas telefônicas, para cuja autorização foi consultado um juiz, constituem casos em que há muita polêmica.
-
8. Estão corretos o emprego e a flexão de todas as formas verbais na frase:
- (A) No caso de um direito individual se sobrepuser ao interesse público, prefigura-se uma situação de conflito no interior da ordem jurídica.
 - (B) Se um cidadão for irresponsável e não reter sua ambição criminosa, poderá ficar privado do exercício prévio do direito de defesa.
 - (C) As informações que forem aprendidas por meio de quebra de sigilo telefônico podem estar suprimindo um direito individual.
 - (D) A autoridade que se propuser a acessar informações sigilosas deverá respaldar essa medida com a obtenção de ordem judicial.
 - (E) Os efeitos que advirem de uma escuta telefônica só se legitimarão quando tenha sido autorizada por um juiz de direito.
-
9. Considere as seguintes frases:
- I. É preciso ter cautela com as ordens judiciais, que constituem desrespeito a um direito individual.
 - II. Em alguns casos de quebra de sigilo telefônico, há evidente abuso de autoridade.
 - III. Frequentemente, os jornais noticiam casos polêmicos de quebra de sigilo telefônico.
- A supressão da vírgula provocará alteração de sentido **tão-somente** no que se afirma em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
-
10. Está INADEQUADO o emprego de um pronome em:
- (A) Se Vossa Excelência pretende emitir a autorização, afianço-lhe que recorrerei de sua decisão.
 - (B) Ele não viu por que autorizar, num caso como aquele, a quebra do sigilo telefônico.
 - (C) Não lhe pareceu necessário explicar a ninguém o por quê de haver dado aquela autorização.
 - (D) Ele chamou para si toda a responsabilidade pela quebra do sigilo telefônico.
 - (E) Não me peças que concorde com tua posição só porque és mais versado em assuntos jurídicos.



Atenção: As questões de números 11 a 19 referem-se ao texto que segue.

Cronistas

Profissão das mais invejáveis, a de cronista. Regularmente, deve escrever e enviar um pequeno texto para um jornal, tratando de qualquer coisa com alguma graça, ou com melancolia, ou com desbragado humor, ou mesmo com solene poesia. Se não lhe ocorre qualquer assunto, sempre pode discorrer sobre a falta de assunto. E se uma grande ideia de repente o assalta, ótimo, ela bem poderá render uma sequência de três ou quatro crônicas. A imaginação entra em greve? Puxa uma revista ou jornal e faz uma disfarçada paráfrase da matéria que um repórter levou tempo para apurar. Ou que tal vingar-se da amada que o abandonou, colocando-a como protagonista de uma cena tão imaginária como ridícula?

Não se ganha muito dinheiro, em geral, mas sempre dá para pagar as pequenas dignidades. E há também quem alimente a esperança de que o exercício da crônica leve ao do conto, e este ao romance, de tal forma que, de repente, passe a ser reconhecido como um escritor de verdade. Esta é a ambição de um cronista não-convicto: começar a ser considerado um Escritor.

Mas essa condição de Escritor, vista sob outra perspectiva, pode não ser tão invejável como a de um cronista: aquele tem que tratar, em centenas de páginas, dos grandes dramas humanos, das aflições intensas de um ou mais indivíduos, das paixões profundas, dos amplos painéis sociais etc. E aí ele não consegue mais ver sentido em escrever trinta linhas sobre, por exemplo, o prazer que é abrir numa manhã a janela e ver passar na calçada a beleza distraída de uma moça apressada, que vira a esquina e desaparece para sempre. Talvez para não perder a oportunidade de registrar o encanto do efêmero, talvez por preguiça, há cronistas, como Rubem Braga, que jamais deixam de ser tão-somente cronistas. "Tão-somente", aliás, não se aplica, em absoluto, a esse admirável Escritor de crônicas. Quem as conhece não recusará ao velho Braga esse E maiúsculo, que o identifica como um dos maiores autores da nossa literatura.

(Eleutério Damásio, cronista inédito)

11. A afirmação de que a profissão de cronista é das mais invejáveis

- (A) justifica-se pelo fato de que uma crônica se limita ao que é efêmero, o que a desobriga de ser bem elaborada.
- (B) constitui tão-somente uma observação preliminar, já que não integra o núcleo temático do texto.
- (C) representa uma convicção plena do autor, já que em nenhum momento ele relativiza o valor de uma crônica.
- (D) deve-se ao fato de que a crônica demove aquele que a escreve da tentação de ser um contista ou romancista.
- (E) prende-se à variedade de assuntos, recursos e tons que se oferecem a quem se dedica a esse gênero.

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. A referência a Rubem Braga constitui um incentivo aos que se exercitam na crônica para depois se dedicarem a textos mais nobres.
- II. A um grande romancista pode faltar motivação para expressar o encantamento poético de uma cena rápida e casual do cotidiano.
- III. Ao reconsiderar o emprego da expressão "tão-somente", o autor do texto está admitindo que a restrição fora, no caso, inadequada.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

13. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *não se aplica, em absoluto* = não se converte, integralmente.
- (B) *com desbragado humor* = com insinuante ironia.
- (C) *colocando-a como protagonista* = inibindo sua atuação.
- (D) *tão imaginária como ridícula* = fantasiosa e risível, num mesmo grau.
- (E) *dos amplos painéis sociais* = de largos espectros populares.



14. *Não se ganha muito dinheiro, / mas sempre dá para pagar as pequenas dignidades.*
- Preserva-se a relação de sentido entre os segmentos destacados na frase acima em:
- (A) Haja vista que sempre dá para pagar as pequenas dignidades, não se ganha muito dinheiro.
- (B) Não se ganha muito dinheiro, uma vez que sempre dá para pagar as pequenas dignidades.
- (C) Sempre dá para pagar as pequenas dignidades, conquanto não se ganhe muito dinheiro.
- (D) Desde que não se ganhe muito dinheiro, sempre dá para pagar as pequenas dignidades.
- (E) Sempre dá para pagar as pequenas dignidades, por conseguinte não se ganha muito dinheiro.
-
15. Está INADEQUADA a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Ele se notabilizou por escrever belos romances, mas já havia criado inspiradas crônicas da vida cotidiana.
- (B) Se não viesse a ocorrer-lhe qualquer assunto, sempre poderia ter discorrido sobre a falta deste.
- (C) E havia a esperança de que o exercício da crônica o levasse ao do conto, e este o levasse ao do romance.
- (D) Quando uma grande ideia o assaltar, talvez venha a lhe render uma sequência de três ou quatro crônicas.
- (E) No caso de se tornar um grande romancista, talvez passe a não enxergar a beleza das pequenas coisas transitórias.
-
16. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:
- (A) Sempre haverá cronistas que, a despeito de certa má-vontade contra o gênero, ou até por isso mesmo, dedicar-se-ão exclusivamente a ele.
- (B) Algumas profissões são invejáveis como a de cronista: mas sempre há quem costume diminuir por despeito, o valor desse escritor.
- (C) Por esta, ou aquela razão, há muitos críticos que diante de uma crônica, veem-na como um gênero menor.
- (D) São, de fato, várias as razões, para que não se deprecie o valor literário, de crônicas regularmente publicadas num jornal.
- (E) Não cabe ao leitor mais rigoroso, alimentar qualquer preconceito diante de um gênero literário, que explora a poesia das coisas pequenas.
-
17. Crônicas? Muita gente está habituada a ler crônicas, mas nem todos concedem às crônicas um valor equivalente ao de outros gêneros; alegam faltar às crônicas a altitude de um romance, e deixam de reconhecer as crônicas como vias de acesso imediato à poesia do dia-a-dia.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) as ler – concedem-lhes – lhes faltar – reconhecer-lhes
- (B) as ler – lhes concedem – faltar-lhes – lhes reconhecer
- (C) lê-las – lhes concedem – faltar-lhes – reconhecê-las
- (D) ler a elas – as concedem – lhes faltar – reconhecê-las
- (E) lê-las – concedem-nas – faltar a elas – as reconhecer
-
18. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento do texto:
- (A) (...) faz uma disfarçada paráfrase da matéria (...)
- (B) (...) deve escrever e enviar um pequeno texto para um jornal (...)
- (C) Talvez para não perder a oportunidade (...)
- (D) (...) jamais deixam de ser tão somente cronistas.
- (E) (...) esse E maiúsculo, que o identifica como um dos maiores autores da nossa literatura.
-
19. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) O grande mérito de Rubem Braga, pelo qual se (consagrar) seus livros de crônicas, está sobretudo no apuro e na poesia de sua linguagem.
- (B) Não obstante (poder) faltar à crônica as ambições de um romance, ela atrai o interesse de inúmeros leitores.
- (C) Por que razão não se (reconhecer) no grande cronista de jornal os mesmos méritos de outros escritores?
- (D) O fato de que (costumar) interessar a um cronista os aspectos triviais da vida cotidiana em nada diminui o valor das crônicas.
- (E) Não (assistir) aos leitores ou aos críticos literários o direito de alimentar preconceitos em relação a qualquer gênero.



Atenção: As questões de números 20 a 25 referem-se ao texto que segue.

Segredo

Há muitas coisas que a psicologia não nos explica. Suponhamos que você esteja em um 12º andar, em companhia de amigos, e, debruçando-se à janela, distinga lá embaixo, inesperada naquele momento, a figura de seu pai, procurando atravessar a rua ou descansando em um banco diante do mar. Só isso. Por que, então, todo esse alvoroço que visita a sua alma de repente, essa animação provocada pela presença distante de uma pessoa de sua intimidade? Você chamará os amigos para mostrar-lhe o vulto de traços fisionômicos invisíveis: "Aquele ali é papai". E os amigos também hão de sorrir, quase enternecidos, participando um pouco de sua glória, pois é inexplicavelmente tocante ser amigo de alguém cujo pai se encontra longe, fora do alcance de seu chamado.

Outro exemplo: você ama e sofre por causa de uma pessoa e com ela se encontra todos os dias. Por que, então, quando essa pessoa aparece à distância, em hora desconhecida aos seus encontros, em uma praça, em uma praia, voando na janela de um carro, por que essa ternura dentro de você, e essa admirável compaixão?

Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade? (...) Até para com os nossos inimigos, para com as pessoas que nos são antipáticas, a distância em relação ao desafeto atua sempre em sentido inverso. Ver um inimigo ao longe é perdoá-lo bastante.

(Paulo Mendes Campos – **Crônicas escolhidas**. S.Paulo: Ática, 1981, p.p. 49-50)

20. O segredo anunciado no título da crônica ganha especificidade como tema central do texto na seguinte formulação:

- (A) *Ver um inimigo ao longe é perdoá-lo bastante.*
- (B) *Há muitas coisas que a psicologia não nos explica.*
- (C) *(...) você ama e sofre por causa de uma pessoa e com ela se encontra todos os dias.*
- (D) *E os amigos também hão de sorrir, quase enternecidos, participando um pouco de sua glória (...)*
- (E) *Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade?*

21. O sentimento inexplicável de que trata o cronista vincula-se a uma aparente contradição, que pode ser assim formulada:

- (A) O distanciamento faz reconhecer qualidades em quem não parecia tê-las.
- (B) A virtude da compaixão induz-nos a perdoar nossos maiores inimigos.
- (C) A percepção do inalcançável pode converter-se em afetiva aproximação.
- (D) Todas as hostilidades sucumbem a um gesto sincero de aproximação.
- (E) Não há distância que não possa ser suprimida pelo amor.

22. Considere as seguintes afirmações:

- I. Na frase "*Aquele ali é papai*" (1º parágrafo), expressam-se, em sequência: índice de proximidade, índice de distanciamento e identificação carinhosa.
- II. Em *voando na janela de um carro* (2º parágrafo), é um índice de velocidade que traduz a percepção do inalcançável.
- III. A expressão *atua sempre em sentido inverso* (3º parágrafo) refere-se ao fato de que, diante do inimigo, ocorre o oposto de uma *animação provocada pela presença distante*.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) II e III.

23. *Por que motivo reconhecer uma pessoa ao longe sempre nos induz a um movimento interior de doçura e piedade?*

Numa reconstrução da frase acima, iniciando-a pelo segmento *Por que sempre somos induzidos a um movimento interior de doçura e piedade*, uma complementação correta e coerente será:

- (A) assim que reconhecemos uma pessoa ao longe?
- (B) tendo motivo para reconhecer uma pessoa ao longe?
- (C) em vista de se haver reconhecido uma pessoa ao longe?
- (D) caso reconhecêssemos uma pessoa ao longe?
- (E) toda vez em que reconhecermos uma pessoa ao longe?

24. É adequado o emprego e correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) Os poetas românticos eram obsecados por imagens que, figurando a distância, expressavam com ela a gossosa inatingibilidade de um ideal.
- (B) É prazeroso o reconhecimento de uma pessoa que, surgindo longínqua, parece então mais próxima que nunca – paradoxo pleno de poesia.
- (C) A abstenção da proximidade de alguém não impede, segundo o cronista, que nossa afetividade aflore e haja para promover uma aproximação.
- (D) Nenhuma distância dilui o afeto, pelo contrário: o reconhecimento da amada longeva avizinha-a de nós, fá-la mais próxima que nunca.
- (E) O cronista ratifica o que diz um velho provérbio: a distância que os olhos acusam não exclue a proximidade que o nosso coração promove.

25. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A compaixão humana é um sentimento o cronista deseja dividir com o leitor.
- (B) A compaixão humana é um sentimento o cronista recusa a se distanciar.
- (C) O sentimento da compaixão é uma virtude humana o cronista não se furta a valorizar.
- (D) A compaixão humana é um sentimento o cronista não se esquiva de enaltecer.
- (E) O sentimento da compaixão é uma virtude humana o cronista sabe reconhecer e valorizar.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração

Instruções: Nas questões de números 26 a 32 utilize a chave a seguir:

- (A) Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.
- (B) Estão corretas APENAS as afirmativas I, II e V.
- (C) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III e IV.
- (D) Estão corretas APENAS as afirmativas III e IV.
- (E) Estão corretas APENAS as afirmativas III, IV e V.

26. Na primeira fase de desenvolvimento das teorias da administração predominaram as abordagens mecanicistas, como as de Taylor e Fayol. Com relação às abordagens que criticaram esses paradigmas:

- I. A Teoria Comportamental afirma, em oposição às abordagens Clássica e Científica, que os conflitos entre objetivos individuais e organizacionais não são incontornáveis e podem ser evitados através de técnicas de condicionamento.
- II. Ao contrário da Teoria Clássica de Fayol, a Teoria dos Sistemas enfatiza uma visão anatômica e estrutural da empresa, entendida como uma síntese de diferentes órgãos que compõem a estrutura organizacional.
- III. A Teoria das Relações Humanas criticou a Teoria Clássica da Administração, afirmando que trabalhadores em melhores condições psicossociais e emocionais alcançam melhores níveis de produtividade, independentemente das condições físicas e técnicas.
- IV. A Teoria do Desenvolvimento Organizacional rejeita a ênfase na remuneração como única motivação do trabalhador e propôs novos modelos de gestão que compatibilizassem objetivos individuais e organizacionais.
- V. Em contraposição às teorias Clássica e Científica, a Teoria da Contingência afirma que existe uma relação de dependência entre as condições ambientais e as técnicas gerenciais adequadas a cada objetivo organizacional.

27. Com relação às características da burocracia segundo Max Weber:

- I. Existência de regras abstratas, às quais estão vinculados os detentores do poder, o aparelho administrativo e os dominados define a dominação racional-legal, é o fundamento do modelo burocrático.
- II. Toda organização burocrática se baseia na hierarquia, na divisão do trabalho, na separação entre pessoa, cargo e funções exercidas de modo contínuo e com base em documentos escritos.
- III. O domínio burocrático é legitimado pelo reconhecimento dos poderes e das qualidades excepcionais do chefe, e o seu aparelho consiste, tipicamente, no grupo dos 'discípulos', isto é, dos indivíduos escolhidos pelo chefe entre os membros da comunidade.
- IV. A burocracia, segundo Weber, é uma instituição política bem sucedida na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito a pretensão ao monopólio efetivo da coação física para a manutenção da ordem vigente.
- V. O pessoal empregado por uma estrutura administrativa burocrática submete-se a uma relação contratual e, em virtude de suas específicas qualificações técnicas, é recompensado através de um salário estipulado em dinheiro, tem uma carreira regulamentada e considera o próprio trabalho como uma ocupação em tempo integral.

28. Em relação às três visões sobre a gestão de conflitos nas organizações, expressas por ROBBINS, Stephen Paul (Comportamento Organizacional. 9ª ed. São Paulo):

- I. De acordo com a visão tradicional, todo conflito é negativo e, portanto, deve ser evitado, pois resulta de uma falha de comunicação ou falta de confiança entre as pessoas.
- II. A visão interacionista propõe que o conflito pode ser uma força positiva, defendendo abertamente a tese de que algum conflito é absolutamente necessário para o desempenho eficaz de um grupo.
- III. Segundo a perspectiva humanista, os conflitos surgem por falta de abertura e de confiança entre as pessoas, resultante de um fracasso dos administradores em atender às necessidades e às aspirações de seus funcionários.
- IV. A principal contribuição da abordagem tradicional é encorajar os líderes dos grupos a manter um nível mínimo constante de conflito, o suficiente para manter o grupo viável, autocrítico e criativo.
- V. A abordagem das relações humanas argumenta que o conflito é uma consequência natural e inevitável em qualquer grupo, não sendo necessariamente ruim, podendo ter o potencial de ser uma força positiva na determinação do desempenho do grupo.

29. Em relação à Adhocracia, expressão da autoria de Alvin Toffler e popularizada por Robert Waterman com o livro "*Adhocracy – The Power to Change*":

- I. O objetivo da Adhocracia é a identificação de novas oportunidades por meio do incentivo à criatividade individual enquanto caminho para a renovação organizacional.
- II. É a estrutura que mais estimula a inovação, pois é a que respeita menos os princípios clássicos de gestão, e especialmente a unidade de comando.
- III. Pode ser definida como qualquer forma de organização que conta com todos os procedimentos típicos das organizações burocráticas relacionados com a resolução de problemas e a obtenção de resultados.
- IV. Essa estrutura exige uma especialização horizontal reduzida, impedindo a formação de grupos de especialistas em unidades funcionais autônomas.
- V. É caracterizada pelo elevado grau de descentralização, além de uma precisa definição de papéis, embora com alguma dificuldade no fluxo de comunicação informal.

30. Sobre os atributos criatividade e capacidade de inovação em uma organização dinâmica:

- I. A invenção do balão pelos irmãos Montgolfier, no século XVIII, é um exemplo de inovação.
- II. Nem sempre a inovação é o resultado da criação de algo totalmente novo mas, com muita frequência, é o resultado da combinação original de coisas já existentes.
- III. Uma organização que estimula a criatividade valoriza, acima de tudo, a disciplina, a pontualidade, a economia, a racionalidade e a ordem.
- IV. Criatividade é a habilidade de aplicar soluções criativas e valiosas a problemas e oportunidades, compreendendo também a implementação destas soluções.
- V. Inovação é a habilidade de desenvolver novas ideias e de descobrir novas formas de compreender problemas e vislumbrar oportunidades.



31. Em relação aos impactos das mudanças na tecnologia da informação sobre as organizações:
- A tecnologia da informação altera a dinâmica do sistema de informação na empresa, fornecendo informações rápidas e precisas aos diversos pontos da organização, tornando impossível que uma pessoa ou grupo controle as informações que podem influenciar a definição das situações organizacionais.
 - As alterações no conteúdo e natureza das tarefas, quando deixam os métodos manuais e passam a utilizar os eletrônicos ou escritórios virtuais, geram reações comportamentais como resistências e medos.
 - A principal mudança ocorre na natureza da tarefa, que antes era manual, com contato direto e físico, e agora eletrônico, abstrato e por meio de um sistema de informação.
 - A implantação da tecnologia de informação pode alterar drasticamente as estruturas de poder das organizações, acrescentando níveis hierárquicos, fortalecendo a supervisão, centralizando o poder na alta direção, provocando mudanças nas relações de poder entre os indivíduos ou grupos, fortalecendo a influência de um e eliminando a fonte de poder de outro.
 - Em relação às habilidades do trabalhador, os impactos geralmente são insignificantes, independentemente do ramo da empresa, porém todos os trabalhadores deverão sofrer os impactos negativos da nova tecnologia em relação a ganhos salariais.
32. Sobre liderança situacional:
- O líder é aquele que procura adequar a situação ao seu estilo de comando.
 - Quando as tarefas são rotineiras e repetitivas, a liderança é limitada e sujeita ao controle pelos subordinados, que passam a atuar num padrão autocrático.
 - Para um mesmo subordinado, o líder pode assumir diferentes padrões de liderança, conforme a situação envolvida.
 - A Teoria de Liderança Situacional de Hersey e Blanchard propõe um modelo de liderança adequado para cada nível de maturidade dos liderados, no qual o líder deve identificar em que nível se encontram os liderados para, então, optar por um dos quatro estilos de liderança.
 - Um problema da Teoria de Liderança Situacional de Hersey e Blanchard é a ideia de que os subordinados "imatuross" devem ser tratados com o "pulso forte", pois esse tipo de comportamento por parte da liderança não estimularia o desenvolvimento dos subordinados.
33. As organizações públicas, confrontadas com a dinâmica das mudanças ambientais, se veem diante de desafios para os quais não há soluções prontas. O processo gerencial que visa incrementar fatores motivacionais do cargo por meio da ampliação das tarefas e aumento de sua variedade é conhecido como
- balanced scorecard*.
 - brainstorming*.
 - downsizing*.
 - reengenharia de processos.
 - job enrichment*.
34. Os modelos tradicionais de gestão de competências enfatizam o conhecimento técnico e a capacidade operacional que um profissional deve ter como requisito mínimo para ocupar um cargo. A partir dos estudos feitos por Daniel Goleman na década de 90, ficou comprovado que os profissionais mais bem sucedidos são aqueles que possuem
- capacidade de suportar ofensas pessoais.
 - elevado quociente de inteligência.
 - capacidade de liderança situacional.
 - elevada competência comportamental.
 - capacidade de evitar conflitos organizacionais.
35. Em uma organização, o planejamento
- operacional é menos genérico e mais detalhado, tem um prazo longo de tempo e aborda cada unidade da empresa ou cada conjunto de recursos separadamente.
 - estratégico é realizado nas funções mais elevadas da empresa (diretoria), tem um maior alcance de tempo e as decisões envolvidas englobam a organização como um todo.
 - tático deve ser capaz de combinar as oportunidades ambientais com a capacidade empresarial a patamar de equilíbrio ótimo entre o que a empresa quer e o que ela realmente pode fazer.
 - tático é aquele que coloca em prática os planos gerais dentro de cada setor da empresa. Normalmente demanda curto alcance de tempo.
 - operacional é realizado pelos executivos (gerentes), traduz e interpreta as decisões da direção e as transforma em planos concretos dentro dos departamentos da empresa. Geralmente tem um médio alcance de tempo.
36. Três gestores, cumprindo o planejamento estratégico de sua organização, implantaram o mesmo projeto em três localidades diferentes. O primeiro realizou o planejado no tempo estipulado; o segundo, também cumpriu seu objetivo, mas o fez a um custo 30% menor que o primeiro. Finalmente, o terceiro consumiu os recursos previstos, mas alcançou um resultado superior ao do plano. Nesse caso,
- apenas o primeiro foi eficaz, pois cumpriu estritamente o que foi solicitado no planejamento do projeto.
 - todos foram igualmente eficazes e eficientes, pois cumpriram a meta estabelecida no planejamento da organização.
 - o primeiro foi o mais eficiente, o segundo o mais efetivo e o terceiro o mais eficaz.
 - apenas o terceiro foi eficaz e eficiente, o primeiro foi ineficiente e o segundo, ineficaz.
 - o primeiro foi eficaz, o segundo foi o mais eficiente e o terceiro o mais efetivo.
37. A gestão participativa é um dos campos mais complexos da moderna teoria geral da administração, envolvendo diversos conceitos, técnicas e experiências práticas. Quando os empregados têm direito a comissões sobre vendas, abonos ou salários adicionais por resultados ou atendimento de metas, prêmios por sugestões que resultem em economias ou ganhos e distribuição de ações, trata-se de um modelo de gestão baseado
- em equipes autogerenciadas.
 - na autogestão.
 - na participação nos resultados.
 - no envolvimento no processo decisório.
 - na participação na direção.



38. "Uma Empresa descobriu que sua concorrente utilizava cinco vezes menos empregados para operar o seu departamento de contabilidade de forma eficiente. A solução apresentada pelos consultores foi: 'jogar fora' os atuais processos e começar de novo, utilizando o poder da moderna tecnologia da informação para redesenhar completamente os processos, de forma a alcançar profundos melhoramentos na sua performance." O método gerencial escolhido pelos consultores foi

- (A) o *Empowerment*.
- (B) a Reengenharia.
- (C) o *Balanced scorecard*.
- (D) a Qualidade Total.
- (E) o *Kaizen*.

39. O modelo de gestão orientado para processos é adequado para promover maior efetividade organizacional porque

- (A) há uma eliminação de barreiras dentro da empresa, possibilitando a visualização da organização como um todo e uma maior interrelação entre os diferentes agentes da cadeia de valor: clientes, fornecedores e gestores do processo.
- (B) elimina a estrutura vertical de comando, descentralizando o fluxo de decisões, estimulando a participação e o envolvimento dos funcionários com os objetivos estratégicos da empresa.
- (C) cada atividade pode ser controlada de forma independente, e não como uma série de tarefas sequencialmente interrelacionadas e organizadas com a finalidade de produzir resultados específicos.
- (D) favorece a formação de equipes de trabalho, é composto por profissionais com diferentes competências, orientados para o desenvolvimento de projetos específicos.
- (E) permite que os esforços da empresa estejam direcionados para uma integração entre processos e funções, tornando a divisão do trabalho de cada setor mais precisa e estável.

40. O macroambiente das organizações é constituído por

- (A) um conjunto amplo de variáveis demográficas que inclui: o tamanho da população, a estrutura etária, a distribuição geográfica, a composição étnica e os níveis de renda dos potenciais consumidores.
- (B) um conjunto de fatores culturais, institucionais e psicossociais que influenciam de forma mais ampla a construção da identidade de uma organização.
- (C) um conjunto de insumos de recursos e informações, bem como suas saídas ou resultados; compreendendo consumidores, usuários, fornecedores, concorrentes e grupos regulamentadores.
- (D) uma estrutura setorial que influencia a intensidade da competição entre as empresas que dele fazem parte, impondo algumas restrições em suas operações e oferecendo várias oportunidades para que as empresas bem administradas obtenham vantagens sobre suas concorrentes.
- (E) um conjunto amplo e complexo de variáveis tecnológicas, políticas, econômicas, legislativas, sociais, demográficas e ecológicas que envolvem e influenciam as empresas.

Administração Pública

Instruções: Para responder às questões de números 41 e 42 utilize a chave a seguir.

- (A) Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.
- (B) Estão corretas APENAS as afirmativas I, II e V.
- (C) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III e IV.
- (D) Estão corretas APENAS as afirmativas III e IV.
- (E) Estão corretas APENAS as afirmativas III, IV e V.

41. A implantação do paradigma pós-burocrático no Brasil orientou-se para o aumento da capacidade de governo, por meio da adoção dos princípios da administração gerencial. Em relação a esses princípios:

- I. A principal forma de controle sobre as unidades executoras de políticas públicas é o controle social direto: através da participação em conselhos.
- II. O núcleo estratégico das atividades típicas de Estado deve ser convertido em cargos de nomeação política, passando a controlar de forma exclusiva a formulação e a gestão de políticas públicas.
- III. As secretarias formuladoras de políticas e as unidades executoras dessas políticas devem ser separadas e a relação entre elas operada por meio de contratos de gestão baseados no desempenho de resultados.
- IV. O Estado deve orientar suas ações para o cidadão-usuário de seus serviços.
- V. Um dos princípios centrais do paradigma pós-burocrático é a ênfase no controle de resultados por meio dos contratos de gestão.

42. Sobre a redefinição do papel do Estado, iniciada com as reformas administrativas do governo Fernando Henrique Cardoso:

- I. O Estado brasileiro deixou gradualmente de se orientar para a intervenção direta, deixando que as atividades econômicas e as políticas sociais fossem operadas por mecanismos típicos de mercado baseados na livre concorrência.
- II. As Agências Reguladoras passaram a regular parte importante dos setores econômicos privatizados.
- III. A principal inovação proposta pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado foi a criação das Agências Executivas, que iriam substituir as estruturas de implementação de políticas públicas subordinadas aos ministérios.
- IV. O Núcleo Estratégico foi revalorizado através de políticas de recomposição salarial e concursos dirigidos às carreiras de estado.
- V. As Organizações Sociais, impostas aos ministérios da Saúde, Educação e Cultura, substituíram as Autarquias e Fundações, a partir de 1995.

43. O Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 definiu novos modelos de organização para a Administração Pública Federal. São eles:

- (A) as parcerias público-privadas, as autarquias e as fundações.
- (B) os consórcios públicos, as organizações federais e as autarquias executivas.
- (C) as organizações sociais, as agências reguladoras e as parcerias público-privadas.
- (D) as organizações sociais, as agências executivas e as agências reguladoras.
- (E) as agências executivas, as fundações e as organizações públicas não-estatais.



44. Dentre as práticas orientadas para a modernização da Administração Pública, a mais adequada ao aumento da transparência e eficiência dos serviços públicos para o cidadão é
- (A) a descentralização dos serviços para as burocracias municipais.
 - (B) a privatização das políticas sociais para organizações com fins lucrativos.
 - (C) a redução de custos e racionalização dos serviços por meio de técnicas de *downsizing*.
 - (D) o oferecimento de serviços públicos por meio de políticas de governança eletrônica.
 - (E) a implementação de políticas de valorização das carreiras estratégicas em todas as áreas da Administração Pública.
45. Entre as práticas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, orientadas para a modernização da gestão pública no Brasil, aquela que mais contribui para a profissionalização da Administração Pública é a
- (A) obrigatoriedade de realização de concursos públicos.
 - (B) obrigatoriedade de licitações em todas as compras da Administração Federal.
 - (C) privatização de empresas estatais, fundações e autarquias federais.
 - (D) descentralização dos serviços públicos para os governos municipais.
 - (E) terceirização de funções auxiliares no âmbito da Administração Direta.
46. O controle social é entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania. Dentre os principais mecanismos de controle social instituído nos três níveis da federação, a partir da Constituição Federal de 1988, estão
- (A) as Centrais de Atendimento do Cidadão.
 - (B) os Conselhos Gestores.
 - (C) as Controladorias Gerais.
 - (D) as Assembleias Populares.
 - (E) as Comissões Paritárias.
47. Dentre os meios utilizados pela Administração Pública para garantir a excelência nos serviços públicos está a elaboração de compromissos periódicos entre o Estado e órgãos públicos para a realização de metas por meio de
- (A) contratos de serviço.
 - (B) auditorias contratuais.
 - (C) termos de ajustamento de conduta.
 - (D) pactos gerenciais.
 - (E) contratos de gestão.
48. A gestão por competências, alternativa aos modelos gerenciais tradicionalmente utilizados, constitui um processo contínuo que tem como etapa inicial
- (A) a implementação de instrumentos de gestão do desempenho.
 - (B) a formulação da estratégia organizacional.
 - (C) a definição de indicadores de desempenho no nível corporativo.
 - (D) a identificação do seu *gap* ou lacuna de competências.
 - (E) o planejamento de ações para captar e desenvolver as competências necessárias.
49. O novo paradigma gerencial adotado pela Administração Pública enfatiza o lugar central do cidadão como cliente dos serviços públicos. Em relação à diferença entre o cliente-cidadão e o consumidor de serviços privados é correto afirmar que
- (A) o cliente-cidadão consome serviços públicos apenas mediante um contrato formal com os órgãos públicos.
 - (B) os dois são equivalentes, pois ambos consomem serviços mediante o pagamento de taxas.
 - (C) o cliente só assume a condição de cidadão quando utiliza serviços exclusivamente fornecidos pela Administração Pública.
 - (D) o consumidor de serviços privados pode reclamar da qualidade do atendimento nos órgãos autorizados, enquanto o cidadão só pode agir por meio do voto.
 - (E) o cliente-cidadão consome serviços públicos na condição de portador de direitos e deveres, por meio dos quais pode avaliar e até mesmo elaborar políticas públicas.
50. No Brasil, os sistemas de avaliação de desempenho na gestão pública ainda são incipientes. A gestão por resultados poderia ser priorizada pela iniciativa de
- (A) adotar princípios, tais como: tratar o cidadão como cliente, controle por objetivos e metas ou governo por parcerias.
 - (B) redirecionar o sistema de avaliação dentro da administração governamental para uma ação centrada no eixo da avaliação de custo do serviço prestado.
 - (C) elaborar e divulgar sistemas de indicadores de produtividade dos servidores públicos, punindo os improdutivos com demissão ou redução salarial.
 - (D) garantir uma ampla divulgação e acompanhamento dos princípios e valores promovidos pelos órgãos públicos, permitindo o controle pela sociedade.
 - (E) orientar as políticas de recursos humanos pelos parâmetros de avaliação de pesquisas de opinião pública.
- Administração Financeira e Orçamentária**
51. Em relação ao estatuto legal da LOA – Lei Orçamentária Anual no Brasil é correto afirmar:
- (A) O orçamento é uma lei formal, que apenas prevê as receitas públicas e autoriza os gastos, não criando direitos subjetivos nem modificando as leis tributárias e financeiras.
 - (B) A LOA é uma lei temporária com vigência limitada a quatro anos, assim como o PPA e a LDO.
 - (C) Sendo uma lei formal, a mera previsão de despesa na lei orçamentária anual cria direito subjetivo, sendo possível se exigir, por via judicial, que uma despesa específica prevista no orçamento seja realizada.
 - (D) Por ser uma lei ordinária, a LOA não pode ser considerada uma lei especial, isto é, não possui processo legislativo diferenciado nem trata de matéria específica.
 - (E) Como todas as demais leis orçamentárias, a LOA é uma lei complementar.



52. Segundo especialistas, o ciclo orçamentário compreende um conjunto de oito grandes fases, cuja materialização se estende por um período de vários anos. A terceira fase compreende a
- (A) execução dos orçamentos aprovados.
 (B) elaboração da proposta de orçamento pelo Executivo.
 (C) formulação do Plano Plurianual pelo Executivo.
 (D) apreciação e adequação do Plano Plurianual pelo Legislativo.
 (E) proposição de metas e prioridades para a administração e a política de alocação de recursos pelo Executivo.
-
53. Receita Corrente Líquida
- (A) corresponde aos ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhorias.
 (B) é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas as deduções conforme o ente (União, Estados, DF e Municípios).
 (C) foi definida pela LRF (Lei Complementar nº 101), como a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito e de alienação de bens.
 (D) foi estabelecida pela Resolução do Senado Federal nº 96, de 15/12/1989, como a receita resultante da diferença entre a receita bruta e as deduções.
 (E) é a soma dos ingressos de recursos financeiros oriundos de atividades operacionais, visando a atingir objetivos traçados nos programas e ações do governo.
-
54. Para a classificação da despesa quanto à sua natureza deve ser analisada a categoria econômica, o grupo ao qual pertence, a modalidade de aplicação e o objeto de gasto. Quanto à modalidade de aplicação, pode ser classificada como despesa
- (A) direta ou por transferência.
 (B) corrente ou de capital.
 (C) com pessoal, encargos sociais ou da dívida.
 (D) com investimentos, inversões financeiras ou amortização de dívida.
 (E) de custeio, transferências correntes, investimentos ou transferências de capital.
-
55. Com relação aos créditos suplementares é correto afirmar que
- (A) o Poder Executivo deve encaminhar projeto de lei ao Legislativo e, somente após a aprovação e publicação da lei, será editado o decreto de abertura do crédito.
 (B) são destinados a despesas para as quais não haja dotação ou categoria de programação orçamentária específica.
 (C) o Poder Legislativo não pode autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares.
 (D) destinam-se a atender despesas urgentes e imprevisíveis.
 (E) são aqueles destinados a reforçar a dotação orçamentária já existente.
-
56. As receitas orçamentárias no Brasil são classificadas por categoria econômica, de acordo com o artigo 11 da Lei nº 4.320/64, em
- (A) Receitas Tributárias e Receitas Patrimoniais.
 (B) Receitas Correntes e Operações de Crédito.
 (C) Receitas Orçamentárias e Receitas Extra-Orçamentárias.
 (D) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
 (E) Receitas Tributárias e Receitas de Serviço.
-
57. O tipo de orçamento adotado pelos governos no Brasil, cujo principal objetivo é a articulação com o planejamento, denomina-se
- (A) orçamento-programa.
 (B) orçamento participativo.
 (C) orçamento por desempenho.
 (D) orçamento clássico.
 (E) orçamento de base zero.
-
- Instruções:** Para responder às questões de números 58 a 60 utilize a chave a seguir.
- (A) Estão corretas APENAS as afirmativas III, IV e V.
 (B) Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.
 (C) Estão corretas APENAS as afirmativas I, II e V.
 (D) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III e IV.
 (E) Estão corretas APENAS as afirmativas III e IV.
-
58. Sobre os modelos de Orçamento Público:
- I. O orçamento de base zero é uma técnica utilizada para a confecção do orçamento-programa, consistindo basicamente em uma análise crítica de todos os recursos solicitados pelos órgãos governamentais e no questionamento acerca das reais necessidades de cada área, não havendo compromisso com qualquer montante inicial de dotação.
 II. O orçamento tradicional ou clássico é aquele em que constam apenas a fixação da despesa e a previsão da receita, sem nenhuma espécie de planejamento das ações do governo.
 III. O orçamento de desempenho ou por realizações pode ser entendido como um plano de trabalho, um instrumento de planejamento da ação do governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, além do estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados, bem como a previsão dos custos relacionados.
 IV. Apesar de ser um passo importante, o orçamento-programa ainda se encontra desvinculado de um planejamento central das ações do governo.
 V. No orçamento de desempenho ou por realizações o gestor se preocupa com o resultado dos gastos e não apenas com o gasto em si, ou seja, preocupa-se em saber o que o governo faz e não o que o governo compra.



59. Com relação aos componentes do Ciclo Orçamentário estabelecido pela Constituição Federal de 1988:

- I. A proposta da LOA compreende os três tipos distintos de orçamentos da União, a saber: Orçamento Fiscal, Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e Orçamento Plurianual.
- II. Na esfera federal, o Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do PPA, um plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do presidente eleito, para execução nos quatro anos seguintes. O PPA é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital, e outras delas decorrentes e para aquelas referentes a programas de duração continuada.
- III. A LDO tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais, compreendendo as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- IV. O Orçamento Fiscal compreende os poderes da União, os Fundos, os Órgãos, as Autarquias, inclusive as especiais, e as Fundações instituídas e mantidas pela União; abrangendo, também, as empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- V. O Orçamento de Seguridade Social é parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias e compreende todos os órgãos e entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da Administração Direta ou Indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

60. Com relação à chamada "regra de ouro" da LRF (Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000):

- I. Segundo a CF (art. 167, inciso III), o Poder Legislativo pode autorizar, por maioria absoluta e finalidade precisa, a realização de operações de créditos (empréstimos) de valor superior ao das despesas de capital fixadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, mas a LRF não prevê essa exceção.
- II. A aplicabilidade da "regra de ouro" ainda é obrigatória, pois essa previsão encontra-se também inserida na Constituição Federal.
- III. A "regra de ouro", atualmente em vigência, inserida no § 2º do art. 12 da LRF, dispõe que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- IV. A aplicação do parágrafo 2º do art. 12 da LRF foi questionada por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas esta não foi aceita pelo STF.
- V. A "regra de ouro" da LRF, atualmente suspensa pelo STF, inserida no § 2º do art. 12, dispõe que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária, ressalvadas as autorizadas mediante créditos especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Direito Administrativo

61. Há dois princípios constitucionais fundamentais para o Direito Administrativo. A partir deles constroem-se todos os demais. São eles:
- (A) prescrição de veracidade e publicidade.
 - (B) impessoalidade e legalidade.
 - (C) legalidade e supremacia do interesse público.
 - (D) publicidade e moralidade.
 - (E) especialidade e supremacia do interesse público.
62. A respeito da organização da Administração Federal, é correto afirmar:
- (A) É traço comum às empresas públicas e sociedades de economia mista a composição de seu capital.
 - (B) Pessoas jurídicas de direito privado não integram a Administração Pública direta.
 - (C) Nas autarquias não há gestão administrativa descentralizada.
 - (D) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público.
 - (E) As fundações públicas podem ter fins lucrativos.
63. É condição para a eficácia do contrato administrativo
- (A) a publicação do inteiro teor do instrumento na Imprensa Oficial no prazo de quinze dias úteis após sua assinatura.
 - (B) a sua lavratura em Cartório de Notas, de tudo juntando-se cópia ao processo que lhe deu origem.
 - (C) verbal, a sua comunicação à autoridade que homologou a licitação no prazo de vinte e quatro horas.
 - (D) a publicação do inteiro teor do instrumento no prazo de trinta dias contados de sua assinatura.
 - (E) a publicação resumida do ajuste que deverá ser providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
64. Considere os itens abaixo:
- I. A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição. É o caso, por exemplo, da existência de um único fornecedor.
 - II. Os casos de licitação dispensável estabelecidos em lei são taxativos e não exemplificativos.
 - III. A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mesmo contrariando o princípio da isonomia.
 - IV. A licitação é obrigatória quando o vínculo jurídico com o terceiro configurar cargo ou emprego público.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.



65. Quando a rescisão do contrato administrativo se verifica independentemente da vontade de qualquer das partes, diante da só ocorrência de fato extintivo do contrato previsto em lei, no regulamento ou no próprio corpo do ajuste, está-se diante da rescisão
- (A) amigável.
 - (B) por cumprimento irregular de cláusula contratual.
 - (C) unilateral.
 - (D) de pleno direito.
 - (E) por supressão de obras ou serviços.
66. Quanto à previdência dos servidores, é correto afirmar:
- (A) A pensão por morte será devida a partir do mês em que ocorrer o falecimento do segurado.
 - (B) No caso de aposentadoria compulsória por idade, o segurado afastar-se-á do exercício de seu cargo no dia imediatamente anterior à data em que completar setenta anos.
 - (C) A pensão por morte será devida a partir do mês em que for requerida pelo beneficiário.
 - (D) O direito à pensão por morte prescreverá em cinco anos contados da data em que forem devidas as prestações.
 - (E) Para fins de receber o auxílio-reclusão consideram-se segurados de baixa renda aqueles que recebem remuneração ou subsídio mensal igual ou inferior a R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).
67. Quando se afirma que o bem público não admite a possibilidade de aquisição de seu domínio por via de usucapião está-se referindo à hipótese de
- (A) titularidade.
 - (B) inalienabilidade.
 - (C) impenhorabilidade.
 - (D) identificação como de uso comum.
 - (E) imprescritibilidade.
68. Aos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro são assegurados direitos, garantias e prerrogativas concedidos aos
- (A) ministros do Tribunal de Contas.
 - (B) juizes do Poder Judiciário.
 - (C) advogados em geral.
 - (D) integrantes do Ministério Público.
 - (E) servidores do Poder Legislativo.
69. No processo administrativo é permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a
- (A) avocação temporária de competência exclusiva do órgão ou autoridade superior.
 - (B) avocação definitiva de competência atribuída a órgão da mesma hierarquia.
 - (C) delegação de competência para a edição de atos de caráter normativo.
 - (D) avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
 - (E) delegação de competência para a decisão de recursos administrativos.
70. Quanto ao procedimento licitatório é correto afirmar:
- (A) A revogação por interesse público exige a ocorrência de fato superveniente e de motivação.
 - (B) A anulação do procedimento licitatório sempre gera obrigação de indenizar.
 - (C) A licitação não pode ser anulada parcialmente.
 - (D) A anulação por ilegalidade do procedimento depende de determinação judicial.
 - (E) Sempre que existir ilegalidade, o procedimento deve ser revogado.